



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **12 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 29 de abril de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Ipea projeta mais 21,8 mil vagas de emprego no AM 1
VEICULAÇÃO LOCAL

DIÁRIO DO AMAZONAS

Suframa firma parceria para fomentar um polo naval no Estado 2
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

A INDÚSTRIA É TAMBÉM PARTE DOS SEUS PROBLEMAS 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

DIÁRIO DO AMAPÁ

Sarney é homenageado por políticos de diversos partidos do Amapá 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

DILMA ASSINA MP QUE DÁ AO ETANOL CARÁTER ´ESTRATÉGICO´ 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

EUA CRITICAM RECEITA CHINESA PARA PROMOVER EXPORTAÇÕES PARA O BRASIL 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

EUA CRITICAM CHINESES POR ´OFERTA CASADA´ 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

MÍRIAM LEITÃO 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ONLINE

Governo enfrentará a indexação 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

AMAZÔNIA NOTÍCIAS

SUFRAMA e Governo do Amazonas assinam memorando de entendimento com governo italiano para fomento do polo naval na ZFM 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Correios poderão vender celular e comprar aviões 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRÍTICA

Suframa e Governo assinam memorando com governo italiano para fomento do Polo Naval na ZFM 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Ipea projeta mais 21,8 mil vagas de emprego no AM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Estudo revela que 13,7 mil do total de novos postos de trabalho serão gerados na indústria de Manaus. Já nos setores comercial e de reparação serão 4,4 mil.

[i] Polos de Duas Rodas e de TVs são alguns dos subsetores da indústria de Manaus que abrirão novas vagas até dezembro.

Manaus - A economia do **Amazonas** tem demanda suficiente para abrir 21,8 mil vagas de emprego até dezembro, em mais de 15 segmentos do **mercado**, aponta pesquisa divulgada, ontem, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Só na indústria são projetadas 13,7 mil vagas, seguida por 4,4 mil empregos nos setores comercial e de reparação.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas**, Waldemir Santana, disse que pelo menos metade das vagas deverá ser preenchida entre os meses de setembro e outubro, quando o Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) receberá os pedidos para abastecer o **comércio** no final do ano.

“No mínimo metade dessas vagas está visando a **produção** para o Natal. Os polos que devem empregar mais são de duas rodas, componentista, plástico e relojoeiro, com destaque para a **produção** de motos, televisores, celulares e relógios”, fala o sindicalista.

Na opinião de Santana, um dos maiores problemas para que essas vagas sejam ocupadas é o baixo nível de qualificação do trabalhador local. “Quando abre uma vaga que exige experiência de alguns anos ou curso técnico, por exemplo, as fábricas demoram meses para encontrar alguém qualificado. Precisamos de mais ofertas de cursos de capacitação”, avalia Santana.

Na mesma pesquisa, o Ipea calcula que 39,2 mil pessoas estarão desempregadas no **Amazonas** neste ano, mesmo possuindo qualificação e experiência

profissional. No **Brasil** serão 1,9 milhão de desempregados nesta situação.

Da mão de obra que deve entrar no **mercado** amazonense, 11,3 mil possuirão qualificação profissional e experiência na função exigida, segundo o Ipea. Esse grupo de trabalhadores soma 761,6 mil pessoas em todo o País.

Santana disse, ainda, que nos cargos com maior nível de exigência, como os gerentes de fábrica, a falta do domínio de inglês ou espanhol impossibilita a contratação de trabalhadores no **Amazonas**. “Quase todos os gerentes são trazidos de outros Estados”.

Sindicato aponta oferta maior de emprego

Na área da construção civil, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) calcula a abertura de 569 vagas no **Amazonas** até o final deste ano, número que foi rebatido pelo presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do **Amazonas** (Sinduscon/AM), Eduardo Lopes. Ele informou que o sindicato estima a abertura de 3 mil vagas neste ano.

“As obras da Arena da **Amazônia** estão aumentando nos próximos meses, a reforma do aeroporto de **Manaus** (Eduardo Gomes) deve começar neste ano e ainda temos cerca de 15 empreendimentos lançados e que vão começar a construção neste semestre”, relatou Lopes, dizendo não compreender como o Ipea chegou ao número de 569 novas vagas.

No País, serão abertas 1,66 milhão de oportunidades de emprego, sendo que a maior concentração está nos setores de **comércio** e reparação (646,3 mil). A indústria aparece no segundo lugar, com 503,1 mil novas oportunidades. O Estado de São Paulo apresentou a maior quantidade de empregos a serem abertos neste ano, com 523 mil vagas. No final do ranking nacional de geração de empregos está o Acre, com 374 novas vagas previstas até dezembro.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Suframa firma parceria para fomentar um polo naval no Estado		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO LOCAL

29 Abr 2011 . 04:39 h . Redação .
portal@d24am.com

A parceria foi firmada pela Superintendente da Suframa, Flávia Grosso, durante visita no Rio Boat Show, evento do setor náutico que ocorre esta semana no Rio de Janeiro.

Manaus - A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) informou, ontem, que firmou parceria com o Governo do **Amazonas** e governo italiano com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de um polo naval no Estado.

A parceria foi firmada pela Superintendente da Suframa, Flávia Grosso, durante visita no Rio Boat Show, evento do setor náutico que ocorre esta semana no Rio de Janeiro.

Flávia Grosso também participou de reunião com o Secretário Executivo do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, o diretor geral de Política Comercial Internacional do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália (MiSE), Amedeo Teti, o presidente da Ucin, Anton Albertoni e seu assessor Máximo Casine, o Embaixador da Itália no Brasil, Gherardo La Fracesca, e o diretor do Instituto Italiano de Comercio Exterior em São Paulo- (ICE), Giovanni Sacchi. A cooperação técnica entre a Zona Franca de Manaus e a Itália foi um dos assuntos abordados.

Entre as ações da Suframa voltadas para a promoção comercial e atração de investimentos, a autarquia tem feito esforços para estruturar a formação de um polo naval no **Amazonas**, em parceria com o governo do Estado, bem como tem buscado maior aproximação comercial com a Itália em outros segmentos.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO A INDÚSTRIA É TAMBÉM PARTE DOS SEUS PROBLEMAS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

O desempenho da indústria no primeiro trimestre foi apresentado em dois relatórios: o da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que retrata todo o País, e o da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ambos lamentam que o crescimento da produção foi inferior ao do primeiro trimestre do ano passado, esquecendo que aquele período se seguia a um forte recuo da economia e que, neste ano, o carnaval caiu em março. Na realidade a queixa não procede, a não ser pelo fato de que se previa uma demanda maior do que a que está ocorrendo.

A estagnação da Utilização da Capacidade Instalada precisa ser interpretada com cuidado, pois, de fato, pode decorrer tanto de um recuo da demanda quanto de um excesso de investimentos, em razão das facilidades de crédito e de uma taxa cambial altamente convidativa. Se a demanda no varejo acusa um ligeiro declínio neste início de ano, é por causa do excessivo endividamento do consumidor no final do ano passado, e não em razão de uma queda do poder aquisitivo que os dados sobre o emprego e sobre a folha de pagamentos estão desmentindo.

Os fatores principais do arrefecimento da atividade industrial estão no aumento das importações e na queda das exportações de produtos manufaturados, intimamente vinculados à valorização da moeda nacional em relação ao dólar, que se desvaloriza. Mas a

queixa maior da indústria continua sendo sobre a elevada carga tributária. Queixa altamente justificada e que exigiria maior mobilização do setor em favor de uma reforma em que a capacidade de concorrência dos produtos brasileiros entrasse como a maior preocupação.

A "concorrência acirrada de mercado" ocupa o segundo lugar nos problemas enfrentados pela indústria. Na realidade, o concorrente se encontra no exterior e seu nome é a importação. A pergunta que deve ser feita é se a indústria nacional não abusou com muita desenvoltura dessas importações que revelam participação não desprezível de componentes estrangeiros, que permitem baixar os preços dos produtos acabados ou aumentar a margem de lucros da indústria.

Caberia às entidades de classe do setor analisar a possibilidade de unir diversas empresas para produzir em série esses componentes e para realizar pesquisas tecnológicas que igualem os preços do exterior, deduzido o custo do transporte e de tarifas aduaneiras. A falta de trabalhador qualificado é um problema que só a educação pode resolver. A taxa de juros é realmente elevada (exceto para investimentos), mas a indústria tem sua participação na inflação que ela reflete.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAPÁ		EDITORIA
	TÍTULO Sarney é homenageado por políticos de diversos partidos do Amapá		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ele foi presenteado com uma placa comemorativa, parabenizando-o pelos 56 anos em que honrou cargos públicos eletivos e, também, por ser "a maior persona-lidade política da História do Brasil

Da Redação

O Presidente José Sarney (PMDB-AP) recebeu na manhã desta quinta feira (28), na sala de reuniões da Presidência do Senado, vinte e oito deputados, senadores e vereadores do estado do Amapá. Ele foi homenageado pelos 56 anos de vida pública e também pelo seu aniversário de 81 anos, ocorrido no último domingo, dia 24. A cerimônia pluripartidária foi liderada pelo presidente da Assembléia Legislativa do Amapá, Moisés Soares, e o de-putado estadual Manoel Brasil.

Sarney foi presenteado com uma placa comemorativa, parabenizando-o pelos 56 anos em que honrou cargos públicos eletivos e, também, por ser "a maior persona-lidade política da História do Brasil". O de-putado Manoel Brasil elogiou o presidente e disse que "além de um dos maiores políticos do país, e o maior do Amapá, também é um grande escritor e um ser humano especial". O Presidente declarou que estava

muito grato pela homenagem e também por representar o estado do Amapá: "Compartilhar essas duas últimas décadas com o povo do Amapá foi uma glória para mim".

Sarney lembrou ainda que o estado tem um grande futuro pela frente com a Zona Franca e a Zona de Processamento de Exportação de Macapá, que foram aprovadas recentemente. "Assinamos no âmbito do MERCOSUL que o Brasil não terá mais zonas francas, ficando esse privilégio somente para Macapá e Manaus", lembrou. Falou também do Porto de Santana, que poderá vir a ser o porto intermodal mais importante do Amazonas, e dos grandes investimentos já feitos, que permitirão que o estado possa ser um exportador de energia.

Falou, ainda, do campo mineral, que poderá levar o Amapá a pólo de mine-me-talurgia. Sarney declarou: "A gratidão é a memória do coração. Estou muito grato a vocês e à gente do Amapá". Sarney contou que quando passou a representar o estado, no início da década de 90, sua carreira política foi rejuvenescida.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO DILMA ASSINA MP QUE DÁ AO ETANOL CARÁTER 'ESTRATÉGICO'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Paulo de Tarso Lyra | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff assinou ontem medida provisória transformando o etanol em combustível estratégico e não em mero derivado da produção agrícola. A MP também reduz a mistura do anidro na gasolina de 25% para 18%. Como adiantou o Valor, Dilma já havia sinalizado com essa proposta há 20 dias, na primeira reunião que teve com diversos ministros para discutir o aumento do preço do etanol. A medida permitirá que o governo tenha mais controle sobre os estoques em mãos privadas e nas estatísticas sobre oferta e demanda, já que o controle passará a ser feito diretamente pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

No encontro, do qual participaram os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão; da Agricultura, Wagner Rossi; da Casa Civil, Antonio Palocci; e da Fazenda, Guido Mantega, Dilma disse que era preciso encontrar caminhos para sanear o setor. Chegou a afirmar que, caso os Estados Unidos suspendessem o embargo ao etanol brasileiro, o país "passaria o vexame de não ter produção suficiente para atender o mercado americano".

Dilma pretende usar o instrumento de regulação para mostrar força perante os usineiros. Dilma também determinou à Petrobras Biocombustíveis mais rapidez nos investimentos em produção de etanol. A estatal, que atualmente produz 1 bilhão de litros em dez usinas, deve

aumentar essa produção para atender o mercado interno e externo.

O governo considera ser necessário investir R\$ 15 bilhões por ano ao longo da próxima década para garantir a oferta interna e atender a esperada demanda internacional pelo etanol de cana-de-açúcar. A crise no etanol levou o produto a atingir um preço praticamente igual ao da gasolina, eliminando a competitividade dos carros flex fuel.

Dilma ainda analisa a possibilidade de taxar em 4% a exportação de açúcar. A presidente reclama que os usineiros preferem produzir açúcar ao etanol, movidos pelo aumento na cotação da commodity no mercado internacional. Avaliações mostram que os preços do açúcar superam os do etanol em 75%.

Para o Governo Federal, medidas concretas para conter o aumento do etanol são importantes para dar um sinal claro da disposição do governo em controlar a inflação, que ameaça ultrapassar a meta de 6,5%.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO EUA CRITICAM RECEITA CHINESA PARA PROMOVER <u>EXPORTAÇÕES</u> PARA O BRASIL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Marcos de Moura e Souza | De São Paulo

O presidente do Export-Import Bank, o banco americano de fomento às exportações, Fred Hochberg, fez críticas à receita chinesa de promoção de exportações para o Brasil. Ele veio para participar do Fórum Econômico Internacional e para uma série de reuniões com empresas brasileiras.

Em entrevista ao Valor, Hochberg, que comanda o banco desde 2009, demonstrou reservas em relação à forma como Pequim se aproximou da Petrobras. Na agenda de Hochberg consta uma reunião hoje com o diretor financeiro da Petrobras, Almir Barbassa, para tratar de detalhes do empréstimo bilionário feito à estatal. A empresa não quis confirmar a reunião.

EUA e China têm interesses no petróleo brasileiro e os dois financiam atividades da estatal. Mas a atuação de Pequim no Brasil é vista com muitas ressalvas pelo banco americano. O problema, segundo Hochberg, é que os chineses não atuam de acordo com as regras seguidas pelas demais grandes economias do mundo quando financiam suas exportações. Os EUA veem isso como um obstáculo para os interesses do país de reforçar suas exportações.

No caso da Petrobras, o que está em jogo é a venda de produtos e serviços americanos e chineses para as atividades de exploração do petróleo na camada do pré-sal. O banco fechou há dois anos um contrato de empréstimo de US\$ 2 bilhões para a empresa. A Petrobras disse estar "bem próxima da conclusão da negociação de desembolso de US\$ 1 bilhão ainda este ano e a possibilidade de mais US\$ 1 bilhão para o próximo ano".

Em 2009, a empresa concluiu um acordo semelhante com a China: só que com um financiamento de US\$ 10

bilhões - dos quais US\$ 7 bilhões já foram sacados. E com uma diferença: o acordo foi casado com o compromisso da Petrobras de vender à Unipac Asia 200 mil barris por dia durante dez anos.

Washington também deseja comprar petróleo que o Brasil vier a produzir no pré-sal para reduzir sua dependência de fornecedores instáveis. Mas não fez uma transação casada como a chinesa.

"Quando China faz projetos na África ou na América Latina frequentemente eles oferecem financiamentos em troca de contratos de longo prazo de fornecimento de recursos minerais. Essa é a forma que a China opera enquanto outros países operam de acordo com a economia de mercado", disse Hochberg.

"Acreditamos na economia de mercado. Queremos vender, ajudar a promover nossas exportações pelos preços de mercado e comprar produtos do Brasil pelos preços de mercado. São transações separadas", disse, referindo-se ao empréstimo e à intenção dos EUA de contar com o óleo brasileiro.

"Diferentemente do que fazem os chineses, o que fazemos no Ex-Im Bank é ajudar a criar empregos nos EUA e às empresas a venderem produtos e serviços para outros países." Hochberg lembra que a China não é membro da OCDE e "que não atua sob as regras de outros países desenvolvidos". E acrescenta: "O que eu digo é que eu gostaria que a China atuasse nas mesmas condições que a gente."

Hochberg diz que uma de suas metas é fazer o Brasil voltar a pôr os EUA na sua lista de compras. "Os EUA foram o maior parceiro comercial do Brasil por cerca de 40 anos e isso mudou nos últimos dois anos, quando perderam essa posição para a China. Espero ajudar a reequilibrar isso. É meu objetivo."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO EUA CRITICAM CHINESES POR 'OFERTA CASADA'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Marcos de Moura e Souza | De São Paulo

O presidente do Export-Import Bank - o banco americano de fomento às exportações -, Fred Hochberg, fez críticas à ação chinesa na promoção de suas exportações para o Brasil. Com interesses concorrentes no petróleo brasileiro, os dois países financiam atividades da Petrobras, mas, para o executivo americano, os chineses não atuam de acordo com as

regras seguidas pelas demais grandes economias do mundo.

"Quando a China faz projetos na África ou na América Latina, frequentemente oferece financiamentos em troca de contratos de longo prazo no fornecimento de recursos minerais. Essa é a forma que a China opera, enquanto outros países atuam de acordo com a economia de mercado".

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO MÍRIAM LEITÃO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

PANORAMA ECONÔMICO

Palavras e ausências

Com palavras que entram e saem das atas do Copom, os analistas do mercado financeiro, das empresas, das consultorias vão entendendo os sinais do Banco Central. Na ata divulgada ontem, o Banco Central escreveu a palavra "principalmente" antes da expressão "ações convencionais de política monetária." Foi entendido que os juros podem subir mais.

É preciso ler também as ausências. Na última ata, depois da horrenda palavra "macroprudencial" - que quer dizer controle de crédito - estava escrita a definição "um instrumento rápido e potente para conter a demanda." Desta vez, a definição não estava mais lá. Juntando o fato de que o BC vai principalmente usar as ações convencionais e não está repetindo que o macroprudencial é "rápido e potente", analistas como o professor Luiz Roberto Cunha, o economista Luis Otávio Leal e economistas de diversos bancos concluíram que a instituição acredita mais em juros do que em medidas como IOF sobre crédito para controlar a inflação. Pode-se imaginar que tudo isso é um jogo de apostas, em que palavras servem para se tentar adivinhações.

Na verdade, esse ritual de comunicação entre Banco Central e as instituições que compõem - com o nosso dinheiro - títulos da dívida pública remunerados pela taxa Selic é uma forma de dar transparência e previsibilidade às ações do BC. Através disso ele vai se comunicando e influenciando as expectativas.

Quanto mais transparente e coerente for, mais influente será. Por isso, existe a ata, uma semana depois de cada reunião do Copom, e relatório de Inflação, de três em três meses. Cada palavrinha presente ou ausente serve para indicar aos iniciados que movimentos o BC pode fazer. Neste momento, a autoridade monetária

está diante de enormes desafios: conseguirá convencer que tem mesmo autonomia para combater a inflação? Está o Banco Central sabendo avaliar todos os riscos presentes na economia brasileira e mundial? Há controvérsias. Até dentro do banco, orque dois dos diretores votaram por um aumento e 0,5 ponto percentual, e não 0,25 p.p., como foi provado. Esses diretores acham que era preciso "mitigar riscos de que pressões inflacionárias recentes se transmitam ao cenário prospectivo." Em uma palavra, eles temem a "indexação".

Quanto maior a inflação, quanto mais confusas as análises e expectativas, mais cada pessoa ou empresa tenta garantir nos seus preços e contratos que não vai perder renda. Os aluguéis, por exemplo, são corrigidos pelo IGP-M. Os IGPs são índices nervosos: caem drasticamente, às vezes; disparam, em outros momentos. Por isso, o dono do imóvel se garante e registra no contrato que é o IGP-M ou o IPCA, "o que for mais alto." Assim, no ano de 2009, os IGPs ficaram abaixo de zero, mas ninguém reduziu o aluguel. No ano passado, ele passou de 10%.

Ou seja, o inquilino sofre sempre. Quando a demanda está aquecida, como agora, o proprietário cresce para cima do inquilino. Imagine que o locatário é um cabeleireiro que possa impor aumento no seu preço. Ele tenderá a subir na mesma proporção dessa elevação de custos. Os resquícios da cultura inflacionária numa economia aquecida, com o governo dando sinais de que está convencido de que inflação é tolerável porque está subindo em todos os países do mundo, são ingredientes para uma grande confusão. Essas mudanças bruscas dos IGPs têm uma explicação: eles são índices formados por preços ao consumidor, custos da construção civil e matérias primas.

Quando dispara o preço do minério de ferro, pode ser bom para a balança comercial e para a Vale,

mas afeta esse índice de inflação. O mesmo com o petróleo e alimentos in natura. E por aí vai. O risco é de transmissão da inflação de um ano para o outro.

Algumas tarifas de serviços públicos, como a energia elétrica, também são corrigidas ou afetadas or este índice, que subiu muito no ano passado. Onde há competição de produto importado isso não acontece porque o dólar está aindo e neutralizando parte do aumento. Na área de serviços, o impacto é maior. Por isso a inflação de serviços ultrapassou 8%.

Na ata de ontem, o Banco Central disse que "a demanda se apresenta robusta", ou seja, está todo mundo comprando muito. Em parte pelo crédito, em parte pelo aumento da renda. Para o BC, o governo cortou gastos, mas os estímulos dados na época da crise ainda estão acelerando a economia. A verdade é um pouco mais complexa. O governo cortou gastos de um lado e aumentou de outro, fez superávit primário aumentando arrecadação não cortando despesas, e demorou demais a retirar os incentivos fiscais ao

consumo porque 2010 era ano eleitoral. Mas isso certamente não estaria numa ata do Copom. De vez em

quando, com sua linguagem de contorcionista, o Banco Central avisa delicadamente que o governo tem que cortar gastos. Mas isso produz resmungos no Ministério da Fazenda e esta administração ainda não ficou "robusta" - usemos a palavra que os economistas gostam tanto - o suficiente para uma ousadia dessas. E o BC ainda não é autônomo no Brasil; tem autonomia quando o governo a concede.

Outro recado dado pelo BC no palavrório de ontem foi que a temporada de alta de juros vai ser "suficientemente prolongada" para conter a inflação. Disse no parágrafo 30 e repetiu no 32. Tudo lido e traduzido fica ainda insuficiente para se saber como o BC pretende reverter o jogo que ainda está embolado no meio-de-campo.

	VEÍCULO VALOR ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Governo enfrentará a indexação		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Economistas do governo trabalham numa agenda ousada de desindexação da economia, que vai além dos contratos atrelados a índices de preços. Ela deve abranger os investimentos financeiros indexados ao DI (juros médios das operações interbancárias), a caderneta de poupança e o que eles estão chamando de indexação "oculta". Esta se refere a preços que, embora livres, não obedecem aos ciclos econômicos.

O mapa da indexação no país é mais extenso do que se imagina, conforme radiografia já concluída por esse grupo de técnicos. Mesmo no universo de preços livres há algum tipo de correção baseada na inflação passada. No mercado financeiro, prevalecem práticas criadas no tempo da superinflação. As soluções não são simples e dependerão do apoio da sociedade. Não é intenção do governo, porém, retomar o processo de desindexação de forma compulsória, para implementação em curto prazo. "Queremos fazer isso de maneira amigável, criando incentivos e penalizações e obedecendo às regras de mercado", disse uma qualificada fonte oficial.

Claudia Safatle

Governo prepara proposta de desindexação

No momento em que a inflação é o problema mais preocupante do governo, um grupo de economistas assumiu a missão de elaborar propostas para a desindexar a economia. O projeto que começa a ser desenhado é ambicioso e vai além dos contratos atrelados a índices de preços. Ele deverá abarcar os investimentos financeiros indexados ao DI (juros médios das operações interbancárias), a rentabilidade da caderneta de poupança e o que se chama entre os técnicos de indexação "oculta". Essa última se refere a preços que, apesar de serem livres, não obedecem aos

ciclos econômicos e trazem, portanto, algum mecanismo implícito de correção automática.

Os estudos estão sendo conduzidos por técnicos do Banco Central, do Ministério da Fazenda e do Desenvolvimento e as medidas que eventualmente forem propostas não devem ser implementadas da noite para o dia.

"Já temos a radiografia, mas as saídas não são simples. Há um processo de indexação no sistema econômico que é muito maior do que a dos preços administrados. Tem a indústria de DI, atrelada aos balanços dos bancos, que afeta as operações de crédito e bancárias. Há a indexação de 34% da dívida pública mobiliária à taxa de juros Selic e outras formas não percebidas de correção automática de preços", disse um qualificado assessor da área econômica que está no centro dessa discussão.

Os preços administrados respondem por 30% do IPCA. Parte dos 28 bens e serviços que compõem esse universo tem contratos com reajustes anuais indexados a índices gerais de preço. Outra parte tem aumentos aleatórios, mas que acabam sendo referenciados à inflação já ocorrida.

Técnicos discutem poupança de longo prazo

Os dados mostram que cerca de 70% dos preços livres também são corrigidos por algum mecanismo que leva em conta a inflação passada. Um exemplo disso são as negociações salariais que tomam como piso o percentual de aumento do salário mínimo. A empresa concede o aumento de salário reivindicado pelos trabalhadores e repassa os custos para os preços de seus produtos, explicam os técnicos.

É o que se espera, inclusive, que ocorra com os quase 14% de reajuste do salário mínimo já previstos para 2012. A questão do mínimo, porém, é vista pelos economistas do governo como um preço a pagar pelo

efeito distributivo que "está comprovado que ele tem", disse uma fonte.

Não há intenção de iniciar o processo de desindexação de forma compulsória e em um curto espaço de tempo. "Nós queremos fazer isso de maneira amigável, criando incentivos e penalizações e obedecendo as regras de mercado", adiantou.

Nesse aspecto, as propostas em discussão se alinham a uma outra agenda não menos importante: montar uma estrutura de incentivos que estimule as famílias a fazer poupanças financeiras de mais longo prazo.

O estoque de aplicações em fundos e cadernetas de poupança soma cerca de R\$ 2 trilhões. Esse dinheiro está em aplicações de curto ou curtíssimo prazo. Há, segundo esses técnicos, um número considerável de contas de pessoas físicas com depósitos cujos valores superam em muito o que seria normal para uma família fazer frente a despesas inesperadas. São, portanto, recursos que poderiam estar alocados em aplicações financeiras de mais longo prazo e que contribuiriam com o financiamento dos investimentos previstos para os próximos quatro anos, de cerca de R\$ 1,3 trilhão.

Uma alternativa para substituir a inflação passada nos reajustes de preços de bens e serviços seria a meta de inflação, aponta um economista. A meta com a margem de tolerância poderia ser o fator de reajustes, tal como o Ministério da Fazenda fez com a tabela do Imposto de Renda: assegurou correção de 4,5% (centro da meta de inflação para este e para o próximo ano) até 2014. Nesse caso, não levou-se em conta a banda de tolerância de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo nem a possibilidade de redução do centro da meta.

Ainda são muitos os contratos atrelados à variação passada dos índices gerais de preços (IGP), como os aluguéis, setores ligados à educação e vários preços administrados. As tarifas de energia são reajustadas com base no IGP-M menos o ganho de produtividade (se houver). As tarifas de telefonia são reajustadas pelo Índice de Serviços de Telecomunicação (IST), calculado

com base numa cesta de indicadores de inflação (IPCA, INPC, IGP-DI e IGP-M). Os índices gerais de preços são fortemente contaminados por choques de preços e quase sempre superam os preços ao consumidor.

" A desindexação não é uma decisão só do governo, mas da sociedade brasileira, por que ela deve envolver negociações de contratos, como os de energia por exemplo, e de negócios no sistema financeiro, entre diversos outros. Não pode, portanto, ser feita por decreto ou por medida provisória. Tem que contemplar toda a questão política", ponderou uma alta fonte oficial.

Quando, em 2009, o então presidente Lula imaginou mudar as regras de remuneração da poupança - TR mais 6,7% ao ano e isenção do Imposto de Renda - estabelecidas em lei, foi logo dissuadido pelas lideranças da oposição, que o acusaram de querer "garfar" o dinheiro dos mais pobres. A solução, naquele momento em que os juros eram declinantes e tornavam as cadernetas mais rentáveis do que os fundos de investimentos, foi provisória e não tocou na indexação. A saída foi cobrar o IR dos depósitos acima de R\$ 50 mil a partir de uma taxa Selic inferior a 10,5% ao ano.

Na avaliação dos economistas oficiais, este será um passo essencial para se retomar, no futuro, o processo de redução da meta de inflação, estacionada há dez anos em 4,5%.

O avanço na desinflação, porém, só será possível se as partes envolvidas beneficiadas pela indexação e os partidos de oposição estiverem dispostos a olhar o país e não somente seus interesses mais imediatos.

Claudia Safatle é diretora de redação adjunta e escreve às sextas-feiras

	VEÍCULO AMAZÔNIA NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO SUFRAMA e Governo do Amazonas assinam memorando de entendimento com governo italiano para fomento do polo naval na ZFM		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Superintendente da Suframa, Flávia Grosso, visitou hoje do Rio Boat Show, evento do setor náutico que ocorre esta semana no Rio de Janeiro.

Na oportunidade, assinou memorando de entendimento que estabelece parceria entre SUFRAMA, Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), o governo italiano, representado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália (MISE), e a UCINA (entidade italiana representante de Estaleiros e de Indústrias Náuticas e Afins), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do polo naval na Zona Franca de Manaus.

Flávia Grosso também participou de reunião com o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, o diretor geral de Política Comercial Internacional do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália (MiSE), Amedeo Teti, o presidente da Ucina, Anton Albertoni e seu

assessor Máximo Casine, o Embaixador da Itália no Brasil, Gherardo La Fracesca, e o diretor do Instituto Italiano de Comercio Exterior em São Paulo- (ICE), Giovanni Sacchi. A cooperação técnica entre a Zona Franca de Manaus e a Itália foi um dos assuntos abordados.

Entre as ações da Suframa voltadas para a promoção comercial e atração de investimentos, a autarquia tem envidado esforços para estruturar a formação de um polo naval no Amazonas, em parceria com o governo do Estado, bem como tem buscado maior aproximação comercial com a Itália em outros segmentos.

Nesse sentido, a Suframa participará da 75ª Feira Internacional de Artesanato, em Florença, Itália, de 30 de abril a 8 de maio, que contará com a presença de micro e pequenas empresas regionais e representantes da Empresa Amazonense de Turismo do Estado do Amazonas (Amazonastur) e do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide).

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Correios poderão vender celular e comprar aviões		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Medida provisória autoriza os Correios a montar uma empresa de telefonia celular, comprar frota de aviões para transporte de carga e investir no trem-bala. A estatal também poderá criar seu próprio banco e se associar a outras empresas financeiras. O texto, assinado pela presidente Dilma, reforma estatuto de 1979 e amplia os poderes da estatal no momento em que passa a ser comandada pelo PT.

Correios vão poder vender celular e comprar avião MP permite que companhia ofereça telefonia móvel e tenha frota aérea

Medida prevê que empresa poderá investir no trem-bala; edital do Banco Postal prevê preço de R\$ 500 mi

ANDREZA MATAIS

NATUZA NERY

MÁRCIO FALCÃO

DE BRASÍLIA

Os Correios estão autorizados, a partir de hoje, a montar uma empresa de telefonia celular, a ter uma frota de aviões própria para o transporte de carga e a investir na construção do trem-bala.

A estatal também poderá criar seu próprio banco e se associar a outras empresas financeiras, de serviço de logística e postal eletrônico.

A permissão consta em medida provisória assinada ontem pela presidente Dilma Rousseff, que reforma o estatuto dos Correios, de 1979.

A decisão amplia os poderes da companhia no momento em que passa a ser comandada pelo PT.

Sob Lula, quando eram aparelhados também pelo PTB e pelo PMDB, os Correios tiveram a imagem arranhada por escândalos -o mensalão e a rede de

tráfego de influência que derrubou a ministra Erenice Guerra.

Lula tentou, sem sucesso, transformar a estatal em uma S.A. Embora essa mudança jurídica não tenha sido feita, o pacote assinado por Dilma permitirá aos Correios funcionar como tal.

O presidente da estatal, Wagner Pinheiro, disse à Folha que a MP é o ponto de partida para que a empresa ofereça serviços de telefonia.

A ideia é operar nos moldes do MVNO, sigla em inglês que significa operadora móvel virtual. Funciona assim: os Correios "compram" no atacado espectro ocioso de operadoras de celular, como Vivo, TIM e Oi, e vendem no varejo para seus clientes.

Esse modelo permite oferecer tarifas menores, já que a estatal não é obrigada a investir em infraestrutura de rede, ao contrário das tradicionais operadoras.

"A gente vai ser uma espécie de operadora de celular, que vai comprar no atacado e vender no varejo. Vai ser uma marca Correios."

Com relação ao serviço aéreo, um dos maiores gargalos dos Correios, Pinheiro afirmou que a nova legislação permite adquirir frota própria ou ter participação minoritária em outra já existente. "Vai depender da estratégia do governo."

BANCO POSTAL

Pinheiro disse que a MP autoriza os Correios a operar no exterior e a serem sócios minoritários de banco postal.

Há dez anos o serviço é oferecido pelo Bradesco. O contrato expira no fim de 2011. Ontem, foi divulgado o edital para selecionar o novo administrador -em licitação com preço mínimo de R\$ 500 milhões, que prevê que os Correios também poderão oferecer cartão de crédito e pequenos empréstimos.

A companhia passará a divulgar seus balanços em jornais de circulação nacional, não mais do "Diário Oficial".

Isso começará a ocorrer já na próxima semana. A Folha teve acesso ao lucro registrado em 2010: R\$ 820 milhões.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA
	TÍTULO Suframa e Governo assinam memorando com governo italiano para fomento do Polo Naval na ZFM	
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO VEICULAÇÃO NACIONAL

A Superintendente da Suframa, Flávia Grosso participou nesta quinta-feira (28) do 'Rio Boat Show', evento do setor náutico que acontece esta semana no Rio de Janeiro.

Manaus , 28 de Abril de 2011

acritica.com

A Superintendente da Suframa, Flávia Grosso, visitou nesta quinta-feira (28) o Rio Boat Show, evento do setor náutico que ocorre esta semana no Rio de Janeiro. Na oportunidade, assinou memorando de entendimento que estabelece parceria entre Suframa, Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), o governo italiano, representado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália (MISE), e a UCINA (entidade italiana representante de Estaleiros e de Indústrias Náuticas e Afins), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do polo naval na Zona Franca de Manaus.

Flávia Grosso também participou de reunião com o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, o diretor geral de Política Comercial Internacional do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália (MiSE), Amedeo

Teti, o presidente da Ucina, Anton Albertoni e seu assessor Máximo Casine, o Embaixador da Itália no Brasil, Gherardo La Francesca, e o diretor do Instituto Italiano de Comercio Exterior em São Paulo- (ICE), Giovanni Sacchi. A cooperação técnica entre a Zona Franca de Manaus e a Itália foi um dos assuntos abordados.

Entre as ações da Suframa voltadas para a promoção comercial e atração de investimentos, a autarquia tem envidado esforços para estruturar a formação de um polo naval no Amazonas, em parceria com o governo do Estado, bem como tem buscado maior aproximação comercial com a Itália em outros segmentos.

Nesse sentido, a Suframa participará da 75ª Feira Internacional de Artesanato, em Florença, Itália, de 30 de abril a 8 de maio, que contará com a presença de micro e pequenas empresas regionais e representantes da Empresa Amazonense de Turismo do Estado do Amazonas (Amazonastur) e do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide).